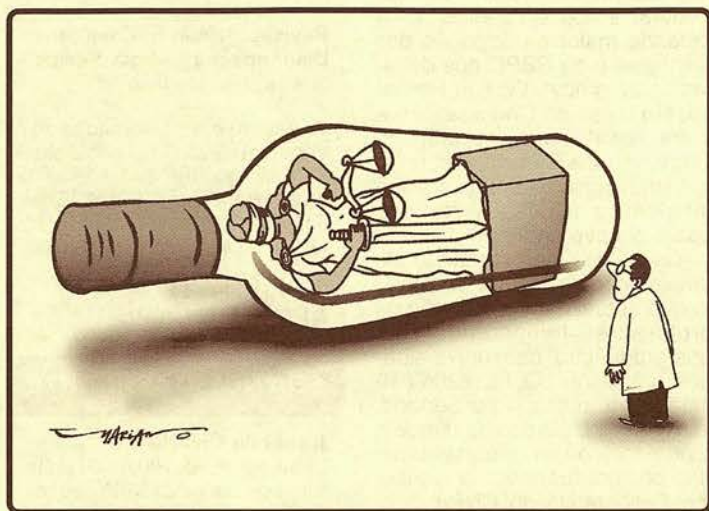


Comunidade une forças em busca do novo Marco Legal

A bandeira está levantada. Academia, gestores e políticos unem vozes para alterar questões legais e burocráticas que emperram a produção científica no Brasil.



Cortes no orçamento, discussões sobre a reforma do Código Florestal, a divisão dos recursos dos royalties do petróleo do Prê-sal, o Plano Nacional de Educação. São muitas as preocupações da comunidade científica atualmente. Mas a necessidade de um Marco Legal que contemple as especificidades da área de Ciência, Tecnologia e Inovação foi o tema que permeou a maioria dos debates na 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

As mudanças mais exigidas pela comunidade referem-se a operações de pelo menos três áreas: flexibilização dos atuais entraves do regime jurídico de compras de materiais, contratações de serviços e parcerias no âmbito da Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993); o acesso à biodiversidade; e as importações de equipamentos, materiais e insumos para pesquisa.

O ponto crítico é a atual Lei de Licitações, que não condiz com as necessidades das universidades e instituições relacionadas à ciência e à tecnologia. A presidente da SBPC, Helena Nader, declarou que é necessária uma legislação que contemple diretamente a autonomia das universidades e das instituições relacionadas à C,T&I, principalmente no estabelecimento de contratos.

Nesse sentido, ela sugeriu a adoção de um Regime Diferenciado de Contratações (RDC), a

exemplo do que foi feito para viabilizar as obras para a Copa de Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, por meio da Medida Provisória 527. A academia não defende a falta de controle, mas também não pode chegar ao extremo de seguir normas que causam ineficiência em seus processos.

Desde junho, um grupo de trabalho coordenado pelos conselhos nacionais de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia e Inovação e das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Consecti e Confap, respectivamente, trabalham na formulação de um documento sobre os gargalos legais enfrentados pelos pesquisadores. Somando esforços junto à SBPC, ABC, juristas e parlamentares, esse documento servirá de base para elaboração de um projeto de lei a ser enviado para o Congresso Nacional, e que torne a legislação mais favorável às atividades de C,T&I.

De acordo com o grupo, além da conclusão do documento, deverá haver uma aproximação e maior diálogo com os órgãos de controle do governo, como Tribunais de Conta, Advocacia Geral da União e outros, para que os técnicos que avaliam os relatórios de prestação de conta das universidades e institutos públicos de pesquisa entendam as particularidades das atividades científicas. Pág. 6

Falta de apoio adia polêmico PL 220/2010 no Congresso

As mudanças previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pelo Projeto de Lei (PL) 220/2010 que autoriza professores sem pós-graduação a lecionarem em universidades é alvo de críticas de toda a comunidade acadêmica do País. Especialistas da área consideram a emenda um retrocesso no ensino nacional.

“Não podemos admitir a possibilidade de esse projeto vir a se tornar lei. Será um passo atrás sem precedentes no árduo processo de construção de um sistema de ensino eficiente e decente construído em nosso País”, diz a presidente da SBPC, Helena Nader. Para Dalilla Andrade, presidente da Anpoll, a flexibilidade do PL pode representar um atentado à carreira nas universidades.

Para Jacob Palis, presidente

da Academia Brasileira de Ciências (ABC), se o motivo da emenda for carência de profissionais qualificados, ao contrário de retroceder, o ideal seria estimular a qualificação de professores. A Sociedade Brasileira de Física, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior e a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) publicaram notas e fazem coro em repúdio ao projeto.

Representantes do sindicato de universidades de São Paulo, o Simesp, alegam que a emenda foi “mal entendida” pela sociedade. Por essa razão, acreditam que o projeto enfrentará “dificuldades” para ser aprovado.

A emenda estava na pauta para ser avaliada no plenário do Senado Federal e foi adiada para após o recesso parlamentar. Pág. 7

63ª Reunião Anual da SBPC leva 8 mil pessoas para o Cerrado

A 63ª Reunião da SBPC realizada nos dias de 10 a 15 de julho na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO), contou com um público de mais de oito mil pessoas de todos os estados brasileiros. Durante uma semana, pesquisadores, gestores, estudantes, professores e políticos discutiram os rumos da ciência no País. Para os organizadores, além de difundir a ciência, a tecnologia e a inovação, a reunião influencia o planejamento das políticas públicas. Um dos exemplos foi o anúncio de recriação da Sudeco.

A programação sênior da reunião contou com 438 palestrantes, que participaram de 174 conferências, mesas-redondas, simpósios e encontros que se realizaram durante a semana. A ExpoT&C agrupou 135 instituições e 90 expositores, em 6 mil metros quadrados de área. A SBPC Cultural realizou mais de 70 atividades e teve um público médio de 5 mil pessoas por dia. Já a SBPC Jovem teve um público de 4.500 pessoas. Págs. 3 e 5

Tutorial facilita importações

CNPq lança o sistema Tutorial de Importação para Pesquisa (TIP), que busca facilitar os trâmites burocráticos de importação para pesquisas, tanto no regime simplificado como no normal. Junto com o CNPq Expresso, o TIP diminuirá ainda mais o tempo de liberação das cargas. O tutorial traz simulações completas, formulários e todo o passo-a-passo para que o pesquisador se prepare e agilize o processo de importação. O portal foi desenvolvido pela empresa Júnior do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo, em São Carlos. Pág. 8

Ética em pesquisas com animais

Discussão acerca da ética e da regulamentação de pesquisas com animais e seres humanos aponta para a conscientização e métodos substitutivos, além de inclusão de conceito pluralista de ciência a Projeto de Lei que tramita no Congresso. A normatização do uso científico de animais em estudos e pesquisas data da promulgação da Lei Arouca (2008), que, além de critérios éticos e penalidades, institui o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) e as Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs). Pág. 9

Brasil e Alemanha fortalecem cooperação

Há mais de 40 anos, os dois países buscam fomentar a cooperação em ciência e tecnologia. Em abril, foi encerrada a celebração do "Ano Brasil-Alemanha da Ciência, Tecnologia e Inovação". Buscando dar novo impulso ao intercâmbio de pesquisadores, a 63ª Reunião Anual da SBPC, em Goiânia, dedicou sessão especial para essa parceria, focando as discussões principalmente nas áreas de Geociências e Biologia.

Para o representante da Agência de Cooperação Internacional Econômica e Científica de Baden-Württemberg, Markus von Gemmingen-Hornberg, a Reunião da SBPC foi espaço convidativo para se debater inovação. "Quando falamos em cooperação, integramos academia, empresas e demais instituições com objetivo comum de gerar oportunidades de negócios entre os dois países. Para isso, facilitamos o intercâmbio cultural e usamos momentos como este, para estreitar laços e nivelar expectativas", explicou ele. Representantes de nove instituições alemãs participaram de palestras e debates.

Na sessão especial Brasil-Alemanha, estiveram presentes estudantes interessados em intercâmbio. "Cada vez mais brasileiros podem ir para a Alemanha conhecer, estudar e trabalhar por novas ideias", comentou o assessor de marketing e comunicação do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), Marcio Weichert. Informações sobre intercâmbio na Alemanha podem ser consultadas no site <www.daad.org.br>.

Prêmio Melhores Práticas 2011

Estão abertas até 30 de agosto as inscrições para o prêmio Melhores Práticas 2011, iniciativa da Rede APL Mineral. O prêmio visa reconhecer as práticas inéditas realizadas no âmbito da cadeia produtiva do setor mineral. Podem participar do concurso atores da mineração de pequeno e médio porte, sob a forma de arranjos produtivos locais exitosos na realização de métodos e técnicas gerenciais e tecnológicas.

Os resultados devem apresentar ganhos ambientais, financeiros e de mercado. As inscrições e o regulamento estão disponíveis no site <www.redeaplmineral.org.br>.

SBPC inicia nova gestão

A posse da diretoria, conselho e secretarias regionais ocorreu durante Assembleia Geral Ordinária dos Sócios da SBPC, realizada no dia 14 de julho, em Goiânia (GO).

Ao se despedir dos membros que deixam a diretoria e empossar os novos, a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, reafirmou seu compromisso com um trabalho em conjunto para o crescimento e aprimoramento da sociedade. "A SBPC é de todos. Felizmente nós passamos e a sociedade fica, e é assim há 63 anos", declarou.

Helena foi escolhida presidente para o mandato de 2011-2013 nas eleições ocorridas em maio, apesar de já exercer a função desde março deste ano, depois do afastamento do então presidente Marco Antônio Raupp, que assumiu a presidência da Agência Espacial Brasileira (AEB). "A responsabilidade e os desafios são grandes; espero honrar e estar à altura daqueles que me precederam", disse a presidente. Helena é a terceira mulher eleita para presidente da SBPC.

Ennio Candotti e Dora Fix Ventura foram empossados para os dois cargos de vice-presidentes, Rute Gonçalves de Andrade assumiu a secretaria-geral, Edna Maria Ramos de Castro, Maria Lucia Maciel e José Antonio Aleixo da Silva assumiram os outros cargos de secretários, e José Raimundo Braga Coelho e Adalberto Luís Val foram empossados tesoureiros.

Durante a Assembleia, também foram empossados os membros das Secretarias Regionais e Seccionais e os 11 novos integrantes do Conselho da SBPC. Composto por 22 membros, as eleições deste ano renovaram a metade da composição do Conselho da SBPC.

Moções - Os sócios da SBPC presentes na Assembleia aprovaram o encaminhamento de sete moções. A primeira alerta sobre a situação dramática dos quadros de pessoal dos Institutos de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. O texto afirma ser necessário recompor os quadros para evitar estagnação e retrocesso das atividades nessas instituições.

Foi aprovada também uma moção de apoio à formulação de políticas públicas de combate à homofobia nas escolas e

universidades brasileiras e uma moção em defesa de mais recursos para educação pública, ciência e pesquisa para o futuro da juventude.

Dois moções sobre o Código Florestal serão encaminhadas ao presidente do Senado Federal e aos senadores. Uma defende maior participação dos cientistas e da SBPC nos debates sobre o novo Código Florestal, em curso no Congresso, e a outra reivindica a inclusão da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na relatoria sobre o novo código.

Os sócios aprovaram ainda uma moção de repúdio ao projeto que autoriza a contratação de professores temporários sem pós-graduação nas universidades brasileiras. O PL 220/2010 está em tramitação no Senado.

A Assembleia apoiou também a presença de um representante dos pós-graduandos no Conselho Deliberativo do CNPq.

Relatórios - Durante a reunião foram aprovados pelos sócios o balanço financeiro e patrimonial da SBPC, de julho 2010 a junho de 2011, e o relatório de atividades da SBPC no mesmo período. Destacam-se entre as atividades da diretoria no último ano o GT sobre o Código Florestal, cujos resultados foram publicados em formato de livro, de autoria da SBPC e ABC, além da realização de seis reuniões regionais; e a aquisição de dois imóveis com recursos próprios — um em São Paulo, para abrigar a unidade administrativa da entidade, e outro em Brasília, onde funcionará um escritório de representação da SBPC.

"Há muito tempo queríamos ter uma operação permanente em Brasília; e este espaço também poderá ser usado pelas sociedades científicas associadas, em reuniões e encontros", disse o tesoureiro da entidade, José Raimundo. Brasília contará ainda com uma interlocutora da SBPC, Beatriz Bulhões, que atuará no Congresso Nacional junto aos assuntos de interesse da comunidade científica.

Os relatórios e balanços estão disponíveis no site: <www.sbpnet.org.br>. (JC e Ascom da SBPC)

JORNAL da CIÊNCIA

Publicação quinzenal da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Conselho Editorial: Adalberto Val, Alberto Passos Guimarães Filho, Ennio Candotti, Fernanda Sobral, José Roberto Ferreira, Lisbeth Cordani e Sergio Bampi.

Editora: Renata Dias

Redatoras: Renata Oliveira e Viviane Monteiro

Revisão: Mirian S. Cavalcanti

Diagramação: Sergio Santos

Ilustração: Mariano

Redação e Publicidade: Av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, CEP 22290-140, Rio de Janeiro. Fone: (21) 2295-5284 Fone/fax: (21) 2295-6198. E-mail: <sciencia@jornaldaciencia.org.br>

ISSN 1414-655X

APOIO DO CNPq

SEJA NOSSO ASSINANTE

Jornal da Ciência

24 números: R\$ 100,00 ou grátis para associados da SBPC quites. Fone: (21) 2109-8990

Ciência Hoje

11 números: R\$ 90,00. Desconto para associados da SBPC quites. Fone: 0800-727-8999

Ciência Hoje das Crianças

11 números: R\$ 66,00. Desconto para associados da SBPC quites. Fone: 0800-727-8999

Ciência e Cultura

Vendas e assinaturas. Fone: (11) 3355-2130

Seja associado da SBPC

Peça proposta à SBPC Nacional, à rua Maria Antonia, 294/4º andar, CEP 01222-010, São Paulo, SP. Fone: (11) 3355-2130 - Unidade Administrativa.

Preços das anuidades da SBPC para 2011:

- R\$ 110: professores universitários e profissionais diversos;
- R\$ 60: estudantes de graduação e de pós-graduação; professores de ensino médio e fundamental; e membros de Sociedades Científicas Associadas à SBPC

Receba o JC e-mail

Edições diárias. Inscreva-se em <www.jornaldaciencia.org.br/cadastro.jsp>. Escreva seu nome e e-mail nos campos apropriados

Conheça ComCiência

Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da SBPC - Labjor. Visite o site: <www.comciencia.br>

Atenção, bolsista da Capes

Mudando de endereço, informe à Capes para receber seu jornal

ASSOCIADO DA SBPC:

Comunique sua mudança de endereço pelo e-mail <socios@sbpcnet.org.br>

Próxima parada: São Luís

A capital maranhense será a sede da Reunião Anual da SBPC de 2012. A realização do evento fará parte das comemorações dos 400 anos da cidade.

Durante o encontro deste ano, em Goiânia, a prefeitura de São Luís montou um estande para divulgar a cidade. Ludovicenses vestindo roupas típicas convidaram os visitantes a participar do encontro do ano que vem. Para divulgar o evento, o prefeito de São Luís, João Castelo, e o reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Natalino Salgado, estiveram presentes no último dia da 63ª edição, 15 de julho.

Para o prefeito, o legado científico e cultural será a marca do encontro. "Em 2012 vamos brindar os ludovicenses com o maior encontro de cientistas do Brasil, e a comunidade científica será recebida com muita alegria e conhecerá o berço da cultura", afirmou Castelo.

Única capital brasileira fundada por franceses, São Luís é reconhecida como patrimônio da Humanidade pela Unesco e será a Capital Americana da Cultura em 2012. "No encontro do ano que vem, discutiremos como cultura e ciência juntas podem ajudar no desenvolvimento do País. A universidade possui toda a estrutura para ser a anfitriã de um evento deste porte", afirmou o reitor da UFMA, Natalino Salgado. A universidade já sediou uma edição da SBPC em 1995.

2013 e 2014 - Comissões da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal do Acre (UFAC) apresentaram suas candidaturas para sediar as próximas reuniões anuais da SBPC durante reunião do conselho da entidade no último dia 9 de julho, em Goiânia. Por unanimidade, os conselheiros decidiram que Pernambuco será a sede do evento no ano 2013 e Acre no ano seguinte, 2014.

A comissão pernambuca ressaltou que existe uma intensa mobilização de toda a comunidade acadêmica e científica do estado para realizar um grande evento. Segundo a comissão, o manifesto de apoio à realização da SBPC em Recife é pautado pelo momento favorável por que passa o estado em C, T&I.

Já a comissão acriana destacou que o estado vem investindo em infraestrutura para sediar eventos de grande porte, e que uma reunião da SBPC, além de mobilizar e incentivar toda a comunidade acadêmica, possibilitando parcerias com outras instituições, colocaria o Acre na rota da ciência nacional. (JC)

63ª Reunião Anual da SBPC chama a ciência para o Cerrado

Mais de oito mil pessoas participaram do evento realizado de 10 a 15 de julho na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO).

A 63ª Reunião teve 8.886 pessoas inscritas de todos os estados brasileiros, sendo 2.229 de Goiás. A programação sênior contou com 438 palestrantes, sendo 314 de outros estados, que participaram das 174 conferências, mesas-redondas, simpósios e encontros que se realizaram durante a semana. A ExpoT&C agrupou 135 instituições e 90 expositores, em 6 mil metros quadrados de área. A SBPC Cultural realizou mais de 70 atividades e teve um público médio de 5 mil pessoas por dia. Já a SBPC Jovem teve um público de 4.500 pessoas.

"Foi um sucesso em Goiás. Mais importante que o balanço quantitativo, devemos analisar a densidade da participação — porque vieram estudantes, pesquisadores, professores e cientistas de todo o Brasil —, a abrangência dos temas abordados e a frequência nas salas. Nosso evento não trata apenas de produção científica, mas também para que serve a ciência", avaliou a presidente da SBPC, Helena Nader.

Para o reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, a reunião impactou positivamente a universidade, que já havia sediado o evento em 2002. "Percebemos uma grande maturidade da UFG, que está se consolidando como uma universidade que faz pesquisa, tem cursos de pós-graduação; notamos isso na inserção dos nossos pesquisadores nas redes de pesquisa do País. Essa foi uma oportunidade de reforçar e estabelecer novas parcerias com grandes centros de pesquisa do País", afirmou ele.

O governador de Goiás, Marconi Perillo, em seu discurso na abertura da Reunião Anual, destacou que a escolha do Cerrado como tema central "terá impactos positivos na luta que todos nós travamos para impedir a rota de destruição que continua a afetar esse que é o segundo bioma brasileiro e concentra um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundiais".

De acordo com ele, o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do País. "No acumulado até 2009, a sanha dos destruidores já havia consumido 48,2%, ou seja, quase um milhão de quilômetros quadrados", informou Perillo. "O trabalho conjunto em nível nacional e a colaboração mútua na batalha em defesa do Cerrado são atitu-



des que precisam ser ampliadas e fortalecidas diante de uma realidade maior: a devastação das bacias do Cerrado impactam a vida de 88,6 milhões de brasileiros."

Para Helena Nader, além de difundir a ciência, a tecnologia e a inovação, a reunião influencia o planejamento das políticas públicas. "Conseguimos pautar governos de todas as instâncias", disse. "Vimos aqui ministros, por exemplo, informando as ações para o Cerrado. Pelo fato de a reunião ser anunciada com antecedência de um ano, conseguimos ajudar no investimento de recursos para a área."

Destaques — Apesar de ter o Cerrado como tema central, alguns pontos principais estavam presentes na maioria dos debates. Entre eles, o novo marco regulatório para a ciência e tecnologia, a divisão dos recursos da exploração do petróleo do pré-sal e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Uma ação mais imediata defendida pela diretoria da SBPC é a inclusão da área de C, T&I como megadesafio no Plano Plurianual, em elaboração pelo governo. A demanda do setor acadêmico já foi levada para a presidente Dilma Rousseff e o governo informou que será atendida. A inserção da área como megadesafio deve trazer um novo patamar de financiamento para essas atividades. "Precisamos lutar para ter um status em relação ao financiamento que seja condizente com o que o Brasil quer ser: além de um grande exportador de commodities, exportador de alta tecnologia", prosseguiu.

Além de contar o apoio do governo de Goiás, da UFG, MCT, MEC, CNPq, Finep e Capes, a Reunião Anual teve o patrocínio da Petrobras, BNDES, Sebrae, Senai e IEL. (JC)

Poucas & Boas

Nuclear — "A criação da agência reguladora nuclear brasileira é um consenso na comunidade científica. Diria que é irreversível, necessária. Nós já temos um projeto inicial, que considero razoável, bom."

Angelo Padilha, presidente da Cnen. (Folha de São Paulo - 9/7)

Ibama — "A função do órgão licenciador é minimizar impactos quando um empreendimento é licenciado. Quando não dá para minimizar, nós indeferimos."

Presidente do Ibama, Curt Trennepohl. (Folha de São Paulo - 15/7)

Dependência — "Se queremos continuar crescendo economicamente, não podemos seguir dependendo da tecnologia de outros países".

Ollanta Humala Tasso, novo presidente do Peru. (Portal SciDev Net - 19/7)

Alimento — "A energia é como o sangue para o desenvolvimento, e alimentar tantas pessoas é uma carga pesada demais para nosso país."

Vice-ministro de Relações Exteriores da China, Zhang Kunsheng. (Valor Econômico - 19/7)

Água — "Quando estamos discutindo Código Florestal, não falamos apenas do uso do solo. Estamos falando de recursos hídricos e qualidade de vida. O relatório traz com muita propriedade o estresse hídrico com perda de mata ciliar. Onde se desmata mata ciliar, há comprometimento dos recursos hídricos."

Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. (O Globo - 20/7)

Pré-sal — "O pré-sal é o grande passaporte para o futuro do Brasil, desde que a gente não pulverize esse recurso na máquina pública, como está sendo proposto por governadores e prefeitos. O pré-sal não é uma receita renovável, temos que saber usá-lo para criar uma economia do futuro. A prioridade tem que ser educação, ciência, tecnologia e meio ambiente."

Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. (Correio Braziliense - 22/7)

Espaço — "É uma bomba-relógio. Temos uma enorme carência de jovens."

Gilberto Câmara, diretor do Inpe, sobre a necessidade de contratar 400 profissionais. (O Estado de São Paulo - 24/7)

Velocidade — "Einstein afirmou que a velocidade da luz era a lei de trânsito do universo ou, em linguagem simples, que nada pode viajar mais rápido que a luz."

Du Shengwang, da Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong. (O Globo - 25/7)

Como buscar os engenheiros que faltam no Brasil

Comunidade científica e indústria discutem a qualidade da formação de engenheiros no País.

O crescimento econômico vivido pelo País nos últimos anos coloca em evidência a falta de mão de obra especializada para que esse desenvolvimento se torne sustentável. De acordo com o professor do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Dante Augusto Barone, "para atingir um patamar econômico elevado, temos que atuar no desenvolvimento científico e tecnológico para diminuir a nossa dependência externa. E não se pode pensar em desenvolvimento tecnológico sem pensar na formação de engenheiros". Além de dados comparativos entre a quantidade de engenheiros formados em vários países, o *deficit* desse profissional no País pode ser analisado por outros fatores, como o número de vagas oferecidas, o interesse e procura pelos cursos, o grau de evasão e de conclusão do curso.

De acordo com os dados apresentados por Dante, no Brasil houve um aumento de 109% no número de vagas para cursos de engenharia entre os anos 2000 e 2009. No mesmo período, a quantidade de egressos aumentou, mas o número de formandos diminuiu. Nas universidades públicas, a taxa de concluintes é de 35%, nas particulares cai para 25%. "Até que ponto temos que aumentar as vagas se não conseguimos que esse aluno termine o curso? Para entender o *deficit* na área de engenharia é preciso analisar a qualidade dos cursos oferecidos e o que é necessário fazer para que os interessados se formem e atuem na área", aponta.

Uma das razões da desistência alegada pelos estudantes é a grande dificuldade em disciplinas como cálculo, matemática e física. Para os pesquisadores, as falhas estão na educação básica e no ensino médio.

O reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Álvaro Prata, alertou ainda para o fato de existirem muitas engenharias distintas, tais como química, mecânica, eletrônica, engenharia de produção, de materiais, civil, ambiental. "E cada uma ministra a sua física, o seu cálculo, as suas disciplinas particulares. Isso poderia mudar", avalia.

Nesse sentido a UFSC apre-

senta uma iniciativa diferente para os cursos de engenharias. De acordo com Prata, foi desenvolvido um novo modelo conceitual de cursos, separado por áreas. O aluno estuda dois anos os "Fundamentos para engenharia". No terceiro ano, o aluno pode escolher a área da engenharia que deseja atuar, cursando mais dois anos desse bacharelado interdisciplinar, que pode ser em naval, aeroespacial, ferroviária, mecatrônica, tráfego e logística, automobilística, entre outras. A proposta da UFSC conta com 200 alunos por semestre.

"Essa é apenas uma alternativa para solucionar a falta de engenheiros no País, mas acredito que existam várias propostas", explicou. Prata fala também sobre a possibilidade de atrair os engenheiros formados, principalmente aqueles que não atuam na área ou que querem se atualizar, de volta à universidade. A ideia seria oferecer um incentivo, por meio de bolsa ou crédito estudantil do governo, de forma a atrair esse pessoal para atuar nas áreas que o País necessita.

Qualidade - Nival Nunes de Almeida, da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (Abenge), alerta para a necessidade de permanente atualização dos cursos. Para ele, um ensino de melhor qualidade significa estimular um espírito empreendedor nos estudantes. "Acredito que, além de estágios, as instituições deveriam incentivar a criação de incubadoras e o empreendedorismo, já com foco em temas práticos e necessários para a indústria nacional", sugere.

O debate, realizado no último dia da 63ª Reunião Anual da SBPC, em Goiânia, contou ainda com a apresentação de Manoel Pereira da Costa, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que destacou a importância da educação tecnológica e dos cursos técnicos para resolver a situação do *deficit* de engenheiros no País. "Pela flexibilidade e aproximação com o campo de trabalho, o Senai só atua onde há demanda, como no caso das engenharias", defende.

Para Costa, o problema da engenharia nacional só será resolvido com esforços conjuntos da comunidade científica e indústria. (JC)

Apropriação indébita e plágio

Pesquisadores discutem formas de reconhecer, conceituar e penalizar plágio ou autoplágio.



O processo judicial que incoadou o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Miguel Noseda, da acusação de plágio de sua ex-aluna Gladis Majcak, abriu jurisprudência para a comunidade acadêmica. De acordo com a decisão da justiça, o orientador é coautor do trabalho científico, uma vez que as pesquisas experimentais são realizadas de modo colegiado. As discussões sobre direitos autorais e apropriação indébita de teses e pesquisas sempre estiveram presentes na comunidade científica.

Para Elisangela Lizardo, bióloga e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o foco do problema é a autoria, uma vez que o conhecimento é uma construção com base em diversos autores. Hoje, o conhecimento é visto como mercadoria e não como um processo formador. "Encontramos um amplo mercado de venda de monografias, dissertações e teses. Os clubes de publicações atuam em função do número e não da qualidade das mesmas", declarou ela.

Hoje a informação está disponível na internet, a partir de ferramentas de busca de textos indexados. "Temos uma autoria difusa e, num futuro próximo, um autor poderá publicar o que, onde e como quiser", declarou a bióloga.

Questão legal e ética - Para a legislação brasileira, o autoplágio não é crime e entende-se como plágio "cópia dissimulada da forma da obra exteriorizada de terceiro, com o intuito de passar-se por seu autor". O que se nota é a tensão entre a legislação e a comunidade científica, uma vez que a primeira protege apenas a forma e não o conteúdo da obra (Lei 9.610/98). Segundo Marcelo Galuppo, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o plágio está ligado aos direitos autorais (que protegem os

direitos morais do autor); patrimoniais (de valor econômico) e personalíssimos (autoria e ineditismo), derivando deste a contrafação em três submodalidades: a pirataria, que viola os direitos patrimoniais; a apropriação de obra alheia, que viola os direitos morais, e o plágio, que viola os direitos morais dissimuladamente.

Um exemplo dado pelo professor Marcelo é das cópias de aulas dos professores. Se a motivação é o estudo, a ação não pode ser considerada plágio; mas se for a venda, incorre nos danos patrimoniais e há punição legal. Denúncias públicas, ações civis e criminais são possíveis nos casos de contrafação. O prazo é de três anos para entrar com ação e a penalidade vai de três meses a um ano de prisão ou multa.

Segundo o professor de Bioquímica da UFMG e diretor da área das Ciências da Vida no CNPq, Paulo Sérgio Lacerda Beirão, há necessidade de mecanismos de autocorreção e de punição dos desvios da conduta científica. Este problema está colocado mundialmente, fazendo com que editores de revistas científicas e agências de fomento busquem soluções. Existe uma comissão mundial que trabalha com mecanismos de avaliação e questões de plágio, a fim de estabelecer um padrão de reconhecimento da qualidade e da integridade da pesquisa científica. É também o que o CNPq está fazendo, ao montar uma comissão para tratar do assunto.

De acordo com Beirão, há grande diferença entre as áreas Exatas, Naturais, Humanas e Sociais quando se fala de plágio. Nas Humanas, a repetição ou a revisitação de temas não consiste em problema. Paul Cézarre pintou vários quadros com um mesmo tema e não foi considerado um autoplagiador. Do ponto de vista artístico, é algo que se valoriza. Nas ciências naturais e exatas há repetição de métodos. "Então, até que ponto se pode cobrar ineditismo e originalidade de uma obra científica?", questiona o professor.

Há muitas dúvidas. O estatístico é também autor da pesquisa na qual colabora? Quem é responsável por artigo no caso de existirem vários autores? Em que medida os revisores e editores podem ser responsabilizados por um texto? São questões que ainda geram muita discussão. (Renata Oliveira - JC)

Integração Nacional relança a Sudeco

Ação representa uma conquista para o bioma do Cerrado.

Com o objetivo de planejar e organizar o desenvolvimento da região Centro-Oeste, onde boa parte do Cerrado se encontra, o governo federal resolveu recriar a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), por meio do decreto presidencial Nº 7.471, de 4 de maio de 2011. Uma das atividades da Sudeco é a elaboração do Plano de Desenvolvimento da região, dedicado à redução das desigualdades, ao incremento da competitividade da economia e à inclusão social.

A iniciativa foi anunciada pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, em sua participação na 63ª Reunião Anual da SBPC. Sua presença no evento foi comemorada pela presidente da SBPC, Helena Nader, que disse ser esse um importante passo para o reconhecimento da área de ciência e tecnologia como política de Estado.

De acordo com Bezerra, a Sudeco é um instrumento central da estratégia do seu ministério para o planejamento e organização do desenvolvimento do Centro-Oeste. "As metas são superar gargalos de infraestrutura, atenuar as diferenças socioeconômicas existentes, avançar investimentos em inovação tecnológica e em conhecimento, para que se alcance a sustentabilidade e se minimize o uso de áreas ainda preservadas", disse.

Segundo Bezerra, o grande desafio é promover a transição do atual modelo de desenvolvimento para outro voltado para o uso intensivo da terra, dentro dos preceitos de sustentabilidade,

tendo como base a cobertura permanente do solo, a manutenção e a melhoria dos teores de matéria orgânica em áreas agricultáveis, a diversificação das atividades econômicas na propriedade e o respeito às especificidades locais e regionais. "Para tanto, faremos a inserção do Ministério na discussão e a implementação de políticas que visem à mudança no padrão de exploração dos recursos naturais e à redução do desmatamento", declarou.

Para isso, Bezerra garantiu estar aberto ao diálogo tanto com as diferentes áreas de Governo — Ciência e Tecnologia, Transportes, Minas e Energia, Meio Ambiente —, quanto com os estados e organizações da sociedade civil, no sentido do desenvolvimento e da utilização de tecnologias intensivas no setor agropecuário, que mitiguem os impactos negativos. "Integração logística, sim, mas com conservação dos recursos naturais do bioma", disse.

Bezerra aproveitou a sua presença na Reunião da SBPC para destacar a importância das contribuições da academia para formulação das políticas públicas. Para ele, o Brasil precisa estimular a geração de massa crítica e formuladora. "As sociedades mais desenvolvidas do mundo são exemplos bem-sucedidos de forte integração entre ciência, tecnologia e inovação com o Estado", disse. "Na nossa gestão à frente do Ministério, procuraremos sempre prestigiar e buscar o que há de melhor do conhecimento científico para fazer frente aos grandes desafios que enfrentamos e os que estão por vir." (JC e Ascom da SBPC)

Mercadante fala sobre a cultura da inovação para o País

Em sua participação na 63ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Goiânia (GO), o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante afirmou que a nova política industrial vai colocar ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) como eixo estruturante. Ele defendeu a ampliação do investimento público, mas afirmou que o maior gargalo está no investimento privado. O déficit público da balança comercial em relação às importações de bens para C,T&I também figurou como ponto de destaque.

Para ele, os empresários precisam entender que sem investimentos em pesquisa e inovação a nação não deslança. "O empresário que acha que inovar é comprar máquina estará retrocedendo. Os investimentos em P&D no Brasil são de 2/3 do governo; e 1/3 das empresas. No resto do mundo é o inverso", disse Mercadante. "Tem que criar a cultura da inovação", completou.

Na outra ponta do processo de fomento à inovação está a transferência de conhecimento para o setor privado. Neste sentido, o ministro citou uma proposta do governo federal para a criação de uma rede de transferência de conhecimento nos moldes da Embrapa. "Os cientistas precisam sair de uma posição de redoma, precisam conhecer a sociedade para contribuir na solução de problemas. A rede será constituída de centros de excelência já existentes", comentou.

De acordo com o ministro, a criação de um novo fundo setorial para a construção civil e a instalação da Embrapa Industrial, a Embrapi, estão em estágio avançado.

Mercadante falou ainda da necessidade de o País focar no mercado interno. "Temos que entender que o nosso patrimô-

nio é o mercado interno. Por isso, precisamos exigir mais processos produtivos básicos para incentivar a produção de bens com conteúdo brasileiro. Já fizemos isso com os tablets. No início acreditava-se que as empresas não se interessariam. Hoje, temos 14 empresas interessadas, das quais nove estão com seus processos aprovados. Em setembro, teremos tablets com um percentual de 20% de matéria-prima do próprio país. A meta é atingir 80%, em três anos. Temos que vincular os investimentos ao setor de ciência e tecnologia.", enfatizou.

Preocupado com os déficits comerciais registrados pelo País em setores como tecnologia da informação, fármacos e medicamentos, ele complementou dizendo que há também necessidade de ampliar o investimento privado em P&D.

Mercadante reforçou mais uma vez a necessidade de mudanças no projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional para que os royalties do petróleo não sejam direcionados a um fundo comum. Para o ministro, a comunidade científica deve se mobilizar para garantir que os recursos do pré-sal sejam destinados para a área de ciência, tecnologia e inovação. (JC e Ascom da SBPC)

O Plano Nacional de Educação (PNE), que está em tramitação no Congresso Nacional, tem pelo menos três pontos fundamentais que o diferenciam das iniciativas anteriores. São eles: o número de metas estabelecidas no plano; o fato de as metas serem qualitativas e apresentar desenhos de estratégias para alcançá-las; e a lei de responsabilidade educacional. A avaliação foi feita pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, em conferência na 63ª Reunião Anual da SBPC.

Um dos pontos-chave apresentados pelo ministro diz respeito ao percentual de investimentos na educação, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). "Em 2001, quando estava sendo feito o PNE 2001-2010, tentaram incluir no projeto um item que previa investimentos

Plano Nacional de Educação em debate

da ordem de 7% do PIB. E não foi aprovado", relatou. "Agora, o novo documento determina a ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir o mínimo de 7% do PIB do País, com revisão desse percentual em 2015."

De acordo com o ministro, para tornar possível a mobilização da sociedade em favor da educação, foi escolhido um formato para o PNE que permite a cada cidadão acompanhar as metas estabelecidas no plano. Primeiro, foram estabelecidas 20 metas ante as 276 que existiam no PNE 2001-2010. "É um número de metas que cabe num cartaz, o qual será afixado nas universidades, escolas, hospitais, praças e outros lugares públicos. São metas que

podem ser memorizadas pelos pais e estudantes do Brasil", declarou Haddad.

A segunda novidade é que ele não se restringe a metas quantitativas. "Nós entendemos que o patamar atingido pela educação brasileira, sobretudo desde a Constituição de 1988, impõe ao País a necessidade de um olhar para mais longe. E olhar para mais longe, sem dispensar as metas quantitativas, é acompanhar a proficiência das crianças em disciplinas básicas. Ciências, leitura e matemática são dimensões da educação que podem ser monitoradas, para garantir que toda criança tenha sua expectativa de aprendizado satisfeita", disse o ministro.

Um terceiro elemento presen-

te no PNE 2011-2020 é a lei de responsabilidade educacional, para que o plano não seja apenas uma carta de intenções. "Essa responsabilidade é dos gestores públicos, do presidente, dos governadores, dos ministros, dos secretários de educação e prefeitos, indistintamente", explicou Haddad. "A lei exige diligência da gestão pública, ou seja, providências para que as metas do plano sejam honradas perante a opinião pública."

A proposta do PNE traz outras mudanças, como a do perfil da Capes, a qual prevê o foco na formação de recursos humanos não mais somente no patamar de ensino superior. "Queremos que nossos professores da educação básica também tenham chances de procurar a titulação", comentou o ministro. (JC com assessorias)

O principal gargalo no Marco Legal para C,T&I hoje no Brasil está na aplicação da Lei 8.666, chamada de Lei das Licitações, que obriga os entes públicos a privilegiarem o menor preço nas compras. "Preveremos que as aquisições e contratações em projetos de C,T&I não passem pela 8.666, mas por uma nova legislação que dê prioridade à qualidade", explicou Rosa, jurista do Conselho Nacional de Secretarias Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia e Inovação (Consecti) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

As compras de bens comuns seriam feitas pela cotação tripla – os responsáveis pela compra apresentam cotação de três fornecedores diferentes.

O grupo de trabalho sugere que os questionamentos legais dos órgãos de controle sejam feitos por uma comissão composta por quem detenha, no mínimo, as mesmas credenciais do pesquisador que está sendo questionado. Espera-se, com isso, que os argumentos dos cientistas sejam mais bem compreendidos.

Sugere também a criação do *voucher* tecnológico, um recurso não reembolsável que pode ser concedido pelas agências de fomento para pessoas físicas – os pesquisadores – e jurídicas contratarem serviços, remunerar la-

Grupo de trabalho apresenta propostas para marco regulatório

Representantes do Consecti e do Confap expuseram propostas de mudanças do Marco Legal para ciência, tecnologia e inovação na 63ª Reunião Anual da SBPC. As sugestões foram apresentadas em mesa-redonda "Marco Legal para C&T&I" pelo advogado Breno Bezerra Rosa, coordenador de um grupo de trabalho montado em junho deste ano pelas duas entidades para propor mudanças no marco regulatório.

boratórios, entre outros. Outro ponto que deve ser mudado no Marco Legal é a duração máxima de 60 meses dos contratos e convênios. "Isso é ridículo. Há projetos em medicina que duram 20 anos", apontou Rosa. A proposta é de que contratos e convênios tenham duração conforme definido no plano de trabalho.

O grupo pede mudanças na Lei 4320/64, que estabelece as normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos órgãos públicos, para permitir que o pesquisador faça remanejamento dos recursos e só posteriormente comunique à agência de fomento. Hoje, é preciso pedir a autorização prévia das agências para isso.

Assim como vem defendendo o setor empresarial, o grupo quer que os incentivos fiscais para P,D&I previstos na Lei do Bem valham também para empresas que fazem declaração de Imposto de Renda pelo regi-

me de lucro presumido. A lei permite apenas que empresas que seguem o regime do lucro real utilizem os incentivos previstos na lei.

Outro gargalo está na importação de insumos e equipamentos para pesquisa. O grupo de trabalho encampou uma ideia apresentada pelo CNPq: criar para bens de pesquisa um sistema semelhante ao Importa Fácil, feito pelos Correios para desburocratizar a importação de materiais. Sugere também treinamento de servidores da Receita Federal para liberação mais ágil de insumos e equipamentos. Além disso, pede a indicação de um aeroporto único para recebimento desse material.

No caso da prestação de contas, o novo Marco Legal deveria prever um sistema flexível e que leve em consideração os resultados da pesquisa, e não só os elementos contábeis, defende o GT. Essa prestação deveria ocorrer por meio

de relatório eletrônico, com a guarda de documentos comprobatórios para análise dos órgãos de controle.

O GT defende ainda alterações no regime de dedicação exclusiva, para permitir que pesquisadores possam usar o tempo dedicado ao ensino também a atividades de pesquisa, desde que os propósitos da pesquisa estejam alinhados aos objetivos de ensino da instituição.

A proposta a ser apresentada pelo GT também sugere que se exclua a obrigação de registrar projetos, contratos e convênios de C,T&I no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). "Imagine o que é para uma instituição registrar cinco mil bolsas no Siconv", disse Rosa.

Haverá diversas reuniões até 27 de agosto, data da próxima reunião conjunta do Consecti e do Confap, quando o grupo espera apresentar o texto final. "A tarefa do grupo é elaborar uma proposta legislativa para apresentar nas Comissões de C&T da Câmara e do Senado, simultaneamente, para não perder tempo", disse o deputado federal Siba Machado (PT/AC), que estima a aprovação da proposta no Congresso até dezembro. Ele está participando das discussões do GT e será o interlocutor no Congresso Nacional para que as propostas se transformem em lei. (Ascom da SBPC)

A SBPC e a ABC (Academia Brasileira de Ciências) estão em contato com lideranças do Congresso Nacional para elaboração de um Projeto de Lei (PL) que possa atender às necessidades específicas da área de ciência e tecnologia (C&T). Na prática, as propostas estão sendo costuradas com o Consecti e Confap, as quais serão consolidadas em um documento a ser encaminhado aos poderes Executivo e Legislativo.

O advogado Rubens Naves, do escritório do mesmo nome, sugere a flexibilização de operações de pelo menos três áreas "essenciais" para o desenvolvimento científico e tecnológico, até então travadas pelos gargalos e burocracia da máquina pública. Ou seja, ele aconselha a retirada de entraves do regime jurídico de compras de materiais, contratações de serviços e parcerias no âmbito da Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993); do acesso à biodiversidade; e os das importações de equipamentos, materiais e insumos para pesquisa.

Ao palestrar na 63ª Reunião Anual da SBPC, realizada na semana de 10 a 15 de julho na Universidade Federal de Goiás (UFG), sob o tema Marcos Legais e Inseguranças Jurídicas, Naves defendeu mais autonomia às universidades públicas, institutos de pesquisa e institui-

Jurista propõe medidas para desburocratizar três áreas de C&T

ções relacionadas a áreas de C&T sobre as compras e contratações de serviços efetuadas pela Lei do Bem. Tais órgãos, segundo disse, são os "gran-

des" produtores de ciência e pesquisa no País.

Para a presidente da SBPC, Helena Nader, a atual lei de licitações não condiz com as ne-

cessidades das instituições de C&T. "Precisamos de uma legislação que, ao invés de impedir, viabilize o trabalho científico, uma legislação que possibilite aos diversos atores da ciência a necessária contribuição para o desenvolvimento social, econômico e justo", acrescentou.

Recursos naturais – O jurista defende, ainda, a redução da burocracia para o acesso à biodiversidade brasileira, que representa 12% da biodiversidade do planeta. Ele sugere a reformulação de uma agenda de pesquisa científica em biodiversidade para estimular a produção de fármacos e de alimentos – segmentos "estratégicos" para o desenvolvimento do País. Um dos "nós" estaria na obtenção de licenças para o desenvolvimento de pesquisa.

Importações – Outra área que precisa ser destravada, segundo Naves, é a de importação de insumos para pesquisa – "alvo" de regulamentação sobrepostas de órgãos vinculados ao Executivo, além de abusos de agentes fiscais e de controle da Receita Federal e Anvisa. Ele sugere a redução de exigências de documentos para importação de bens para pesquisa e eliminação de conflitos de normas infralégais. (Viviane Monteiro - JC)

Principais propostas para novo marco regulatório

- Alterações na Lei das Licitações 8.666, flexibilizando compras, licitações e contratações de serviços para pesquisas
- Criação do *voucher* tecnológico, um recurso não reembolsável concedido pelas agências de fomento
- Redução do prazo para contratos e convênios
- Alterações na Lei 4320/64, permitindo mais autonomia para que o pesquisador faça remanejamento de recursos
- Incluir empresas que declaram Imposto de Renda pelo regime de lucro presumido nos incentivos fiscais da Lei do Bem
- Criação de um sistema semelhante ao Importa Fácil, dos Correios, para desburocratizar a importação de bens para produção de conhecimento e pesquisa
- Treinamento de servidores da Receita Federal para liberação mais ágil de insumos e equipamentos para pesquisa
- Criação de um aeroporto único para recebimento de matérias de insumos e equipamentos para pesquisa
- Acesso à biodiversidade brasileira para estimular produção de fármacos e alimentos

(Fonte: Grupo de Trabalho do Consecti e Confap e escritório Rubens Naves)

Congresso adia Projeto de Lei 220/10 Para Semesp, "há incompreensão"

Diante de opiniões opostas às mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) previstas no Projeto de Lei (PL) 220/2010 em que autoriza professores sem pós-graduação lecionarem em universidades, o plenário do Senado Federal decidiu adiar a análise da emenda para depois do recesso parlamentar. Ou seja, a partir de 2 de agosto, conforme a pauta da casa.

De autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, a emenda estava agendada para ser analisada em 12 deste mês, mas não conseguiu avançar por falta de acordo político. Sem muito barulho, a emenda já foi aprovada na Comissão de Educação da casa. Se aprovado no Senado Federal, o projeto deve passar ainda pela Câmara dos Deputados, antes de chegar ao Palácio do Planalto, que poderá sancioná-lo ou vetá-lo.

O PL enfrenta resistência de especialistas da área acadêmica e científica que o consideram "um retrocesso" para a LDB e, paralelamente, para o ensino nacional. Por essa razão, querem que a emenda seja retirada da pauta do Congresso Nacional.

A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, avalia que a matéria poderia fragilizar, ainda mais, o sistema nacional de ensino.

"Não podemos admitir a possibilidade de esse projeto vir a se tornar lei. Será um passo atrás sem precedentes no árduo processo de construção de um sistema de ensino eficiente e decente em nosso País", avalia a presidente da SBPC.

Ao invés de retroceder, Helena chama a atenção para a ne-



cessidade de a LDB permanecer evoluindo. "Passados 15 anos de sua aprovação ainda não conseguimos que 100% dos nossos professores universitários tenham título de mestres ou de doutores, mas estamos caminhando para isso. Reduzir as exigências como a qualificação dos professores é desrespeitar a sociedade", disse.

Para Helena, a formação de professores titulados no magistério superior "é condição fundamental" para assegurar a qualidade nos demais níveis de ensino e para a formação de recursos humanos para atender às necessidades da sociedade.

Com a mesma opinião, Jacob Palis, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), diz esperar que o PL seja retirado da pauta do Congresso Nacional.

"Não entendi o propósito desse projeto. Se ele fosse aprovado representaria uma tragédia para o País", disse o presidente da ABC. Para Palis, se o motivo for carência de professores qualificados, o ideal seria estimular uma maior capacitação desses profissionais por intermédio de programas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (**Viviane Monteiro - JC**)

Entidades negam participação em PL

Em nota, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, que tem como integrantes Abmes, Semesp, Anet, Abrafi, Anaceu, Anup, Fenep e Confenep, afirma que não houve qualquer pedido, apoio ou qualquer tipo de influência por parte das entidades que representa na elaboração ou aprovação do Projeto de Lei 220/10. Em 12 de julho, editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, intitulado "Retorno ao ensino superior", havia alertado para o fato de que "sob forte pressão de algumas instituições particulares sem tradição de qualidade no ensino superior, entrou na pauta de votação do Senado um projeto que autoriza faculdades e universidades privadas a contratar professores sem mestrado ou doutorado".

Para o Fórum, trata-se de iniciativa de um senador dentro de

suas funções legislativas e nunca houve apoio ou contato com qualquer parlamentar a respeito da iniciativa de alteração da LDB sobre a contratação de professores graduados para lecionar em cursos superiores.

O Fórum "defende sempre a qualidade de ensino e considera que a qualificação dos professores é de extrema importância no processo de ensino e aprendizagem".

Na mesma linha, a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) divulgou nota em que se manifesta contrária ao PL que flexibiliza a titulação de docentes universitários. Diz que a crescente exigência de titulação dos professores é condição fundamental, embora não única, para o incremento da qualidade da Educação Superior, com impacto significativo também na educação básica. (**Ascom do Fórum**)

Representantes de universidades privadas alegam que o PL 220/2010 foi "mal entendido" pela sociedade. O diretor jurídico do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), José Roberto Covac, busca esclarecer que o PL não é generalizado. Diante de opiniões negativas sobre o PL, o jurista do Semesp já demonstra pessimismo e acredita que a emenda enfrentará "dificuldades" para ser aprovada no Congresso.

Ele esclarece que o PL é restrito à contratação temporária de professores sem pós-graduação - desde que comprovem experiência profissional - em universidades instaladas em regiões carentes de mestres e de duas áreas apenas: engenharia e tecnologia. Covac cita, por exemplo, o Acre, onde universidades privadas apresentam dificuldades de atrair professores especializados.

"As dificuldades estão em regiões fora dos grandes centros e carentes de universidades públicas; e em municípios pequenos carentes de professores de engenharia e tecnologia", menciona. O jurista esclarece que o PL original, do senador Álvaro Dias, estendia as regras também a universidades públicas, mas a emenda foi alterada pelo senador Paulo Bauer (PSDB/SC), relator *ad hoc* da matéria, que a restringiu para universidades privadas. Procurado, o senador Álvaro Dias não foi encontrado.

Já o senador Bauer (PSDB-SC) disse ao *Jornal da Ciência* que a escassez de professores pós-graduados "é preocupante" e compromete "severamente" o desenvolvimento do País. "Daí vem a necessidade de recebermos aqueles profissionais cuja experiência é mais do que suficiente para ensinar, mas que nunca tiveram chance e tempo para obter uma licenciatura justamente porque estavam se formando no dia a dia de suas profissões".

Para Bauer, é importante que pessoas com capacidade técnica sejam professores de novas gerações que se deparam com

carência comprovada de mestres para determinados setores estratégicos, como a de tecnologia. Ao lembrar que a emenda foi aprovada na Comissão de Educação, Bauer acredita haver "consenso sobre a carência" de mestres e doutores em vários ramos do conhecimento.

O dirigente do Semesp informou que as universidades privadas, que respondem por 75% das matrículas no País, não se envolveram no PL. "O sindicato só teve conhecimento pela imprensa".

Covac reconhece a oferta de programas destinados a professores interessados a fazer mestrado ou doutorado no País. Ele diz, porém, faltar informação da sociedade em obter os subsídios do governo federal. "O crédito existe, mas falta a cultura da sociedade em obter o crédito".

PL aborda vários 'Brasis' - O Projeto de Lei é também "rejeitado" por Dalila Andrade, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll). Ela o considera um retrocesso ao avanço obtido na LDB. "Isso só pode estar a serviço de interesse mercantis de universidades", disse ao *Jornal da Ciência*.

"Espero que os parlamentares reflitam sobre essa realidade. Entendemos que a flexibilidade do PL pode representar um atentado à carreira nas universidades públicas, que é uma combinação de titulação e de tempo de serviço", acrescenta Dalila, também professora titular da Faculdade de Educação da UFMG.

A especialista critica ainda o fato de a emenda ser destinada a universidades instaladas em regiões distantes de grandes centros urbanos. "Temos de pensar como um País (integrado). Se queremos reduzir a desigualdade brasileira não podemos pensar em vários 'Brasis'", avalia. Dalila lembra que há programas de qualificação no MEC justamente para regiões interiores, dentre os quais ela cita o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Ação Novas Fronteiras (Procad-NF). (**Viviane Monteiro - JC**)

Ministério rejeita projeto

O ministro da Educação, Fernando Haddad, mostra-se contrário ao Projeto de Lei 220/2010 que dispensa a obrigatoriedade de mestrado e doutorado para professores atuarem em universidades. Segundo Haddad, a presidente da República, Dilma Rousseff, também não concordaria em reduzir a exigência de qualificação de professores da educação superior.

Os defensores do projeto afirmam que há déficit de profissio-

nais. Entretanto, anualmente, o Brasil forma 50 mil novos mestres e doutores, de acordo com o MEC. Hoje, 56% dos professores universitários são pós-graduados e a meta do PNE é que esse número chegue a 75%. Haddad observou que o Governo Federal vem investindo, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Capes, na formação de pessoal com pós-graduação.

Programa facilita importações

Novo programa do CNPq traça um roteiro, passo a passo, para tirar dúvidas e agilizar a burocracia para importação de material para pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) acaba de lançar o programa Tutorial de Importação para Pesquisa (TIP). Trata-se de um sistema interativo e on-line que orienta os agentes envolvidos com importação científica, tanto no Regime Simplificado como no Regime Normal de Importação. O portal permite realizar simulações completas, trazendo os formulários e todo o caminho que deverá ser percorrido para que a importação seja legal e mais fácil.

Para o presidente do CNPq, Glaucius Oliva, o TIP é uma importante ferramenta para ajudar a desburocratizar os procedimentos de importação. "Estudos realizados pelo CNPq no acompanhamento dos casos que apresentam atrasos significativos na liberação de cargas apontam como uma das principais causas o desconhecimento, pelos importadores, dos procedimentos e documentos necessários para obter importações. O TIP é um passo-a-passo de cada uma das etapas e permitirá que todas as dúvidas sejam sanadas antes de se iniciar a importação. Junto com o *CNPq Expresso* diminuirá ainda mais o tempo de liberação das cargas destinadas à pesquisa científica", avalia.

O portal foi desenvolvido pela empresa Junior do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo, em São Carlos. De acordo com a professora do ICMC, Renata Pontim, o mais trabalhoso foi entender como funciona a burocracia e as necessidades dos pesquisadores, já que existe uma diversidade grande de materiais que são importados e suas especificidades. "A nossa preocupação era disponibilizar toda a informação da maneira mais clara possível. Nós, os professores que orientaram o projeto, até chegamos a fazer as vezes dos pesquisadores, realizando consultas, fazendo testes, trazendo situações bem específicas de que tínhamos conhecimento", conta Pontim. A execução de todo esse processo é bastante complexa e envolve vários agentes, que não podem abdicar do controle fiscal e sanitário obrigatório sobre materiais, equipamentos e organismos vivos que chegam ao País.

O portal também serve para esses agentes que trabalham nas aduanas, que muitas vezes desconhecem o que está sendo importado e travam a liberação. "Muitas vezes o material a ser importado requer uma atenção



especial, como a necessidade de refrigeração; importação de ser vivo ou genoma é um caso bem complicado, assim como outros insumos que podem causar estranheza na hora de chegar", exemplifica.

Fabiano Fernandes, pesquisador do ICMC e um dos responsáveis pelo projeto, diz que tanto os pesquisadores precisam conhecer os trâmites burocráticos como os trabalhadores que receberão o material. "Para importar materiais biológicos, por exemplo, tem que desembarcar rápido, precisa sair rápido do aeroporto ou do porto porque perecem. Já produtos tecnológicos têm que ter uma fiscalização maior porque podem estar importando para revender, então cada tipo de importação vai ter seu ponto crítico em alguma fase do processo", esclarece.

O tutorial permite que antes de iniciar o processo de importação as dúvidas sobre todos os procedimentos e documentos necessários sejam esclarecidas, facilitando o levantamento da documentação.

Próximos passos – De acordo com os pesquisadores, com a demanda de pessoas que já estão visitando o site, surgem muitas situações novas. Um dos próximos passos do sistema será proporcionar uma troca maior de informações entre os usuários do portal, de uma maneira mais colaborativa.

Os coordenadores do TIP planejam também integrar toda a base de dados do CNPq com o sistema tutorial. Assim será possível verificar as importações que já foram realizadas e as pessoas credenciadas. A integração dos sistemas também possibilitará que, paralelamente à formulação do projeto junto ao CNPq, seja levado em consideração o tempo e o trâmite da importação necessária, não interferindo nos prazos da pesquisa.

Conheça melhor o sistema tutorial acessando o link: <<http://tip.cnpq.br>>. (JC)

Comunidade científica se divide sobre a adesão do Brasil ao ESO

A adesão do Brasil ao consórcio mundial do European Southern Observatory (ESO) continua gerando polêmica na comunidade científica. Em dezembro do ano passado, o País foi o primeiro fora do continente europeu a conquistar o direito de usar as instalações para fazer pesquisas. Para participar do consórcio, que incluirá a construção do European Extremely Large Telescope (com 42m, será o maior da Terra), o Brasil terá de se encaixar a uma série de normas estabelecidas pelo ESO.

Os altos investimentos no projeto é alvo de crítica por parte da comunidade científica. No primeiro ano a contribuição brasileira será de R\$ 1,86 milhão. Até 2020, mais de R\$ 256 milhões deverão ser pagos ao ESO pela manutenção dos equipamentos e uso das instalações.

Para João Evangelista Steiner, pesquisador do Instituto de Astronomia, Geociências e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (USP), o Brasil deve repensar a eficácia de seus gastos e prioridades em relação aos recursos destinados à ciência. "Esse projeto geraria um gasto muito alto e a astronomia representa apenas 1% da ciência produzida no Brasil. Não vejo razão para o privilégio", afirma.

Na visão do pesquisador paulista, seria necessário pensar em projetos mais sustentáveis, que dessem mais retorno para o Brasil. "Na estrutura do ESO, a contribuição que cada país deve dar é proporcional ao seu PIB, por isso a cifra brasileira é tão alta", explica Steiner. "No entanto, o uso do telescópio é baseado na maturidade científica

de cada um. Assim, temos distorções, como o caso com a Holanda, que gasta muito menos que o Brasil e tem um acesso maior. Ou a Itália, que deve desembolsar uma quantia semelhante, mas para ter o dobro do acesso. Ou seja, o Brasil vai financiar a pesquisa europeia", critica.

O Brasil já tem projetos aprovados para uso dos telescópios localizados no Chile. Das 32 propostas nacionais, que solicitavam 121 noites de observação este ano, 11 foram aceitas, o que garantirá ao País 36 noites de estudo espacial com equipamentos de última geração até o fim de 2011.

Com as imagens captadas foram produzidos no último ano cerca de 750 artigos científicos. O professor e pesquisador em Astronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) Kepler de Oliveira garante que a ciência brasileira terá retorno. "Das propostas apresentadas por brasileiros como pesquisadores principais, 34% foram aprovadas. A média do consórcio é 32%", explicou.

Estima-se que até outubro, quando começa o segundo semestre de pesquisas nos telescópios do ESO, o Congresso Nacional deve ratificar o acordo que foi assinado em dezembro do ano passado pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo ministro da Ciência e Tecnologia na época, Sérgio Rezende. Caso tenha a sua entrada confirmada, o Brasil passará a integrar os três principais complexos de observação espacial mundial - já é sócio do Gemini e do Soar. (JC com Agência MCT)

Prós e contras de Belo Monte

A polêmica da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do rio Xingu (PA), foi tema da sessão Ciência em Ebulição, realizada na 63ª Reunião Anual da SBPC. Ainda que o governo não tenha chegado a um acordo com a sociedade sobre os termos para construir a obra, o físico Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ, disse que o impacto da usina na região "não será tão grande quanto o mensurado". Para o especialista, a hidrelétrica pode ser implementada desde que a exploração assegure uma contrapartida financeira à população da região, principalmente índios e ribeirinhos.

O diretor de Engenharia da Chesf, José Ailton de Lima, ten-

tou contrariar a opinião daqueles opostos aos projetos por terem impactos nas terras indígenas. Lima declarou que os índios estão entre os mais interessados na construção da hidrelétrica na região e já começam a se interessar pela inovação. "Os índios estão modernos, eles querem que o projeto comece rapidamente, não querem mais ficar na miséria." Para o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o problema maior são impactos ambientais e potenciais custos a serem gerados pela distribuição da energia de Belo Monte. Segundo ele, ainda não está claro como a energia será distribuída. (Viviane Monteiro - JC)

O caminho da ética

A regulamentação da pesquisa com animais e seres humanos.

Atualmente, a maioria dos medicamentos, cosméticos e produtos diversos são testados primeiramente em animais com intuito de desenvolvê-los de modo seguro antes de disponibilizá-los à população.

O uso científico de animais em estudos e pesquisas foi normatizado no Brasil em 2008, a partir da Lei Nº 11.794, aprovada após 15 anos de tramitação no Congresso Nacional. Conhecida como "Lei Arouca", ela estabelece critérios éticos e penalidades como advertências, multas e interdições. Cria também o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), o qual prevê a constituição de Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs) nas instituições.

Submetido ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Concea tem como atribuições formular e zelar pelo cumprimento de normas éticas no uso de animais em ensino e pesquisa; avaliar a introdução de técnicas alternativas; estabelecer normas para instalação e funcionamento de centros de criação, biotérios e laboratórios de experimentação, além de credenciar instituições. Já as comissões de ética visam incentivar as práticas de redução, refinamento e substituição dos animais em pesquisa, cadastrando tanto os procedimentos utilizados quanto os pesquisadores e expedindo certificados.

Marcelo Morales, membro do Concea e presidente da Comissão de Ética no Uso de Animais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é um dos principais ativistas e divulgadores das diretrizes do conselho. Ele alerta para a necessidade de inscrição das entidades de pesquisa no Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais (CIUCA-MCT) e para a formação das comissões de ética. Segundo ele, após o lançamento das regras de credenciamento, as

instituições terão um ano e meio para fazê-lo; caso contrário, correrão o risco de verem proibidos seus experimentos e pesquisas com animais.

Conscientização e Métodos Substitutivos – Cartilhas e campanhas, como a veiculada no site <www.eticanapesquisa.org.br>, estão sendo utilizadas para a conscientização da comunidade científica e da população em geral. Segundo Morales, as próximas atividades serão o lançamento do Guia Nacional de Regras para Uso de Animais em Ciência e Pesquisa, até o final deste ano, e o simpósio com agências estratégicas de educação, envolvendo o bioterismo, previsto para março de 2012.

Morales afirma que essa conscientização sobre procedimentos com o uso de animais deve demorar, uma vez que métodos científicos novos podem levar mais de dez anos para serem considerados válidos e validados. "Atualmente, já há testes em tecidos e aulas de viviseção gravadas para serem exibidas em vídeo; contudo, apesar de se buscar a total substituição do uso dos animais em pesquisa e ensino, ainda conviveremos um bom tempo com estas práticas, mas agora, eticamente regulamentadas", conclui o professor.

Pesquisa com Seres Humanos – Paralelamente a esta regulamentação, quando se avaliam pesquisas com seres humanos no Brasil, verifica-se necessidade de aprimoramento das normas regulatórias. Os marcos iniciais foram a Constituição Federal de 1988 e a Resolução 01, do Conselho Nacional de Saúde, do mesmo ano. Em 1996, foi lançada a Resolução 196, que incorpora conceito universal de ciência e

pesquisa com humanos, tendo como base a Biomedicina.

Hoje, apesar de 12 textos complementares à Resolução 196, não foram incluídas as especificidades das demais áreas de conhecimento, mantendo-se o conceito universalista de ciência. O que preocupa pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais é a possibilidade de legalização desta Resolução por meio do Projeto de Lei Nº 78, subordinando-o ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) e criminalizando ações. De autoria do senador Cristovam Buarque, o projeto está em tramitação no Congresso Nacional, desde 2006.

"Existem paradigmas de ciência distintos, que precisam ser levados em conta quando se normatiza uma área", enfatizou Selma Leitão Santos, professora na Universidade Federal de Pernambuco e membro da Associação Nacional de Pesquisadores e Pós-Graduandos em Psicologia (Anpepp).

A professora vem incentivando debates multidisciplinares sobre ética nas pesquisas com humanos, nas Ciências Sociais e Humanas, sobretudo no que tange a este projeto de lei. Eles têm ocorrido, principalmente após 2008, em fóruns da SBPC e Anpepp, nos quais foram identificados diferentes níveis de discussão, como o operacional (funcionamento das comissões de ética), de mérito (modelos de pesquisa), o político (universalidade do modelo) e o das especificidades (áreas de pesquisa distintas).

Em 2010, durante o 13º Simpósio da Anpepp, foi lançado o Manifesto de Fortaleza, convocando as sociedades científicas nacionais a se posicionarem acerca do aprimoramento dessas normas. Existem, no

Brasil, 602 comissões de ética na pesquisa com seres humanos (CEPs), coordenadas pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), submetido ao CNS, do Ministério da Saúde.

Para a cardiologista Nadine Clausell, coordenadora do grupo de pesquisadores e pós-graduandos do Hospital das Clínicas de Porto Alegre (HC-POA), os desafios também existem na área médica, pela camisa de força de um modelo universalista e da burocracia regulatória que atrasa a pesquisa.

"A Resolução 196 foi elaborada a partir de conceitos da área biomédica, estes por sua vez embasados historicamente no Código de Nuremberg (1947), na Declaração de Helsinki (adotada na 18ª Assembleia Médica Mundial, em 1964) e nas Diretrizes Éticas Internacionais para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (1993), do Conselho Internacional das Organizações de Ciências Médicas (CIOMS/Organização Mundial de Saúde)", explicou Iara Coelho Zito Guerriero, coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Segundo Guerriero, o exemplo canadense, dos anos 90, pode dar respostas à problemática brasileira na área. Após seis anos de debate naquele país, foi criado um capítulo específico em seu texto legal sobre pesquisa qualitativa. Hoje, no Brasil, a pesquisa tem que ser submetida a um Comitê de Ética para aprovação, que exige pressupostos quantitativos da área médica, hipóteses que possam ser testadas, experimentações em laboratórios ou em animais antes do uso em humanos. Isto não vale para as Ciências Humanas e Sociais. Para a coordenadora, as pesquisas e seus procedimentos devem estar relacionados aos paradigmas específicos de cada área científica. **(Renata Oliveira - JC)**

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, apresentou oficialmente o programa Ciência sem Fronteiras, no dia 26 de julho, na 38ª Reunião Ordinária do Plano do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). "Digo que o principal objetivo do programa é aumentar a quantidade de estudantes e pesquisadores nas melhores universidades do mundo, em especial das áreas de engenharias, ciências básicas e tecnológicas", explicou o ministro.

O programa vai custear 100 mil bolsas de intercâmbio nas principais universidades do exterior para estudantes, desde o nível médio ao pós-doutorado. A

Lançado Ciência sem Fronteiras

iniciativa tem como objetivos avançar na ciência, tecnologia, inovação e competitividade industrial por meio da expansão da mobilidade internacional; aumentar a presença de estudantes e pesquisadores brasileiros em instituições de excelência no exterior; promover maior internacionalização das universidades brasileiras; aumentar o conhecimento inovador do pessoal das indústrias brasileiras; e atrair jovens talentos e pesquisadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

A cerimônia, realizada no

Palácio do Planalto, contou com a presença da presidente da República, Dilma Rousseff. "Não estamos fazendo um programa baseado em quem indica. Estamos criando ações orientadas pelo mérito", assinalou Dilma. "Todos [os contemplados] vão ter de ter nota acima de 600 no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] e daremos especial atenção aos alunos ganhadores de olimpíadas, notadamente a da matemática", acrescentou.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vai conceder 40 mil bolsas até 2014 com in-

vestimentos na ordem de R\$ 1.731.424.647. Já o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) concederá, no período, 35 mil bolsas, com investimento de R\$ 1.429.441.973. As outras 25 mil bolsas serão concedidas por meio de articulação com o setor privado.

Dentre as áreas estratégicas estabelecidas pelo programa temos: engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química e Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e tecnologias da informação; Tecnologia Aeroespacial; e Fármacos. **(Ascom Capes e MCT)**

Descoberta a maior colisão de aglomerados de galáxias

O pesquisador Renato Dupke do Observatório Nacional (ON) estuda os aglomerados de galáxias, que são as últimas estruturas a se formarem no Universo, por colisão de sistemas menores ou de outros aglomerados. Para ele, estudar essas estruturas significa conhecer os processos de sua formação, observando a relevância desse sistema, a evidência de matéria escura, um dos problemas mais fundamentais da astronomia moderna.

“Os três principais componentes de massa dos aglomerados de galáxias são: a matéria escura (aproximadamente 80%), o gás quente (15% da massa e com temperatura de 50 milhões de graus) que permeia as galáxias e os restantes 5% ou menos são galáxias”, explicou ele. Quando os aglomerados colidem, o gás produzido por eles interage, formando ondas de choque e acelerando partículas carregadas. A matéria escura, como não interage com a matéria normal, não é afetada. Consequentemente, a matéria escura e o plasma se separam. A partir de observações conjuntas de raios X e lentes gravitacionais, verifica-se esta separação e pode-se deduzir propriedades.

Numa análise comparativa das observações de raios X, do satélite Chandra, dos telescópios VLT e Subaru e de lentes gravitacionais, com o satélite Hubble, notou-se que o aglomerado Abell 2744 não era resultado da colisão de dois outros, mas sim de pelo menos quatro. Essa colisão múltipla gerou não somente a evidente

separação entre matéria escura e o plasma na região central, onde se vê uma “bala” supersônica com velocidade provável superior a 4000km/s, como também gerou uma região exclusiva de matéria escura e nenhum gás. Também foi encontrada outra região única em gás quente, sem matéria escura, fato nunca visto ou previsto. Dada a quantidade de fenomenologias novas nesse evento, o nome Pandora foi o primeiro a ser lembrado, já que essa deusa grega foi responsável por liberar os males da humanidade.

Estudos significativos na área de magneto-hidrodinâmica, a ciência que estuda o comportamento de fluidos carregados (plasma), deverão explicar o Pandora; se a velocidade de colisão for realmente superior a 4.000-5.000 km/s, isso implicará modificações dos clássicos modelos cosmológicos, onde tais velocidades de colisão não são previstas. Ainda, a evolução de galáxias pertencentes aos aglomerados em ambientes tão hostis servirá como um laboratório para testar os seus modelos teóricos.

A caracterização de colisões de aglomerados é importante em Cosmologia. Levantamentos celestes recentes como o Dark Energy Survey ou o Sloan Digital Sky Survey e mesmo projetos com maior resolução espectroscópica como o hispano-brasileiro J-PAS/Pau-Brasil, terão que levar em conta esses aglomerados no processo de estabelecimento de vínculos em parâmetros cosmológicos. (Ascom do ON)

Governo de Rondônia investe R\$ 3,6 milhões em competitividade empresarial

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (Seplan) de Rondônia realizou, este mês, reunião técnica para definir atividades da Rede de Extensão Tecnológica do estado. O projeto conta com R\$ 3,6 milhões em recursos oriundos de parceria entre a Finep, o Sebrae e o governo estadual. A Seplan é responsável pela estruturação da Rede, por meio da gerência de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A proposta é oferecer capacitação para que os empreendimentos adequem seus processos produtivos aos padrões de qualidade nacionais e normas internacionais, de modo a ampliar a competitividade do setor.

Executada pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Indus-

trial (Senai) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL), a Rede faz parte das ações do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) e promove em micro, pequenas e médias empresas assistência técnica especializada ao processo de inovação, em todos os seus aspectos.

“Esta ação é mais um esforço do governo do estado para dar condições ao segmento produtivo acreditando que por meio do desenvolvimento tecnológico possa ser alcançada a melhoria das condições de vida da população”, ressaltou o gerente de CT&I da Seplan, Francisco Maciel.

Informações adicionais estão disponíveis no site da Seplan <www.seplan.ro.gov.br>. (Ascom da Seplan)

A qualidade da água no Brasil

A maioria dos rios, lagoas e reservatórios com Índice de Qualidade da Água (IQA) péssimo ou ruim está próxima a regiões metropolitanas de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e de cidades de médio porte, como Campinas e Juiz de Fora. Essa condição está associada principalmente aos lançamentos de esgotos domésticos. Este é o diagnóstico apontado no relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2011, divulgado em 19 de julho, pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Dos 1.747 pontos monitorados, em 17 estados, 2% têm condições péssimas e 7%, ruins. A avaliação foi feita com base em nove parâmetros, que refletem a contaminação por esgoto doméstico. Entre 2008 e 2009, o percentual de pontos com índice de qualidade considerada ótima caiu de 10% para 4%. Contudo, houve avanços pontuais diretamente ligados ao saneamento e tratamento de esgoto, como nas bacias do rio das Velhas e do rio Paraíba do Sul, além das bacias dos rios Piracicaba, Sorocaba e Grande. Segundo o estudo, entre 2005 e 2009 houve aumento dos repasses do PAC do Saneamento. No entanto, apesar do crescimento da receita para o setor, os R\$13,2 bilhões investidos em 2009 representam menos de 60% do total necessário para solucionar os problemas.

O relatório - Este estudo é anual e atende demanda do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ele está dividido em regiões hidrográficas e em temas fundamentais como volume de chuvas; ocorrência de eventos hidrológicos críticos (secas e cheias); disponibilidade hídrica nas diferentes regiões do Brasil; os usos múltiplos da água (irrigação, saneamento e hidroeletricidade) e sua qualidade; a evolução dos comitês de bacias; o planejamento, a regulação e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Além disso, o estudo mostra que 19% dos municípios brasileiros decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública devido à ocorrência de cheias ou problemas de estiagem. O estudo indica ainda um aumento do número de comitês de bacias e da área de cobertura do território nacional por planos de recursos hídricos. As conclusões desta análise integrada apontam para um conjunto de bacias onde há maior potencial de ocorrência de conflitos pelo uso da água. (Ascom da ANA)

Editais Rhae abre terceira rodada

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) abre inscrições para os empresários participarem da terceira e última rodada do Edital RHAe - Pesquisador na Empresa. O programa que, ao todo, irá investir o valor de R\$ 40 milhões, é destinado a apoiar atividades de pesquisa tecnológica e de inovação, por meio da inserção de mestres ou doutores, em empresas de micro, pequeno e médio porte.

As inscrições podem ser feitas até o dia 2 de setembro, por meio do Formulário de Propostas online. Os projetos deverão abordar os setores industriais nas áreas de estratégia, competitividade e fortalecimento de liderança. O objetivo é apoiar mais de 210 empresas, envolvendo cerca de 300 mestres e doutores inseridos em projetos de tecnologia e inovação, com perspectivas da fixação dos mesmos.

O proponente deve ter seu currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br>) e possuir vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O período máximo para execução dos projetos é de 30 meses.

Confira o edital completo em: <www.cnpq.br/editais/ct/2010/075.htm>. (Ascom do CNPq)

CE lança edital para inovação

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) lançou edital para apoiar empresas privadas (pequenas, médias e grandes) e estatais no desenvolvimento de produtos, métodos e processos inovadores. A submissão das propostas pode ser feita até o dia 25 de agosto.

Serão apoiadas pesquisas nas áreas de agronegócio, inovação social, biotecnologia, comércio e serviços, fármacos, energias alternativas, pesca e aquicultura, entre outras. O aporte financeiro é de R\$ 10 milhões, oriundos do Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará (FIT).

Pequenas empresas poderão receber até R\$ 500 mil, com contrapartida mínima de 20% do valor a ser aportado. Já as médias e grandes empresas podem solicitar de R\$ 800 mil a R\$ 1 milhão, com contrapartida mínima de 50% e 100%, respectivamente.

Mais informações no site <www.funcap.ce.gov.br/editais/editais-1>. (Ascom da Funcap)

Breves

Investimento - Ollanta Humala Tasso, novo presidente do Peru, planeja elevar a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) os investimentos em Ciência e Tecnologia até 2016. O país tem um dos mais baixos investimentos governamentais no setor, na América Latina. Das 115 universidades públicas e privadas do país, apenas quatro aparecem no *ranking* universitário do continente. Tasso pretende também investir no aparelhamento das universidades públicas, a fim de que também se transformem em centros de pesquisa.

Submarino - Pesquisadores do Instituto Kat Schurmann e da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), após pesquisas e prospecções oceanográficas, confirmaram a localização do submarino alemão U513, afundado na costa catarinense, em 1943. Foram dois anos de buscas da embarcação, encontrada nas proximidades de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina, a 75 metros de profundidade. Durante a Segunda Guerra Mundial foram afundados 11 submarinos alemães em águas brasileiras. Vários grupos de arqueologia subaquática estão desenvolvendo trabalhos de pesquisa documental para encontrar dados e informações sobre os locais dos naufrágios. Até o momento, no entanto, este foi o único submarino localizado.

Descoberta - Astrônomos anunciaram a descoberta de uma nova lua na órbita de Plutão, a P4, detectada pelo telescópio espacial Hubble. Ela tem entre 13 e 34 km e é o quarto corpo celeste a ser encontrado em torno daquele planeta-anão. Caronte, a maior lua de Plutão, é cerca de 50 vezes maior. Mark Showalter, astrônomo do Instituto Seti, da Califórnia, é o líder da campanha de observação que fez a descoberta. Ele obteve tempo extra de observação no telescópio espacial quando ajudava a equipe da sonda New Horizons, da Nasa, a planejar missão. Estão pesquisando mais dados sobre a órbita de P4 para saber sua localização quando a New Horizons chegar a Plutão em 2015. Showalter concorda com a nova classificação de Plutão como planeta-anão, feita pela União Astronômica Internacional, mas afirma que ainda há muito a se entender sobre os objetos que ficam nesta mesma região orbital. Não é comum um corpo celeste tão pequeno ter tantos satélites.

E-books - A maior rede de livrarias dos Estados Unidos, Barnes & Noble Inc., sediada em Nova York, tem 705 livrarias para o consumidor, 636 delas universitárias e até 200 mil títulos em estoque. Contudo, num forte sinal das mudanças que o livro eletrônico trouxe ao mercado editorial, a Barnes & Noble Inc., está se transformando numa empresa de *software* e controlando 27% do mercado de *e-books* daquele país. A empresa está se reinventando como varejista de *download* de livros, aplicativos e livros eletrônicos. Hoje, os clientes do *site* BarnesandNoble.com estão comprando três livros eletrônicos para cada livro tradicional. "As lojas tradicionais são necessárias para gerar entusiasmo, mesmo quando a transação final acaba sendo digital", informou a consultora da Market Partners International Inc. Calcula-se que haja entre 2.300 e 2.500 títulos em formato eletrônico no país.

VAI ACONTECER

Tome Ciência - De 30/7 a 5/8, A ciência e a lei. De 6 a 12/8, Pesquisadores do Universo. Na RTV Unicamp (canal 10 da Net Campinas), às 15h de sábado, 21h de domingo, às 15h de terça e às 24h de quinta, além da internet <www.rtv.unicamp.br>. Na TV Alerj, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, às 19h de domingo, com reprises às 20h30 de quinta, por satélite (Brasilsat - B4 at 84° W), pela internet <www.tvalerj.tv>. Na TV Ales, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (canal 12 da Net), às 12h30 de quinta, com reprises durante a programação. Na TV Assembleia, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (em Campo Grande pelo canal 9, em Dourados pelo canal 11, em Naviraí pelo canal 44 e internet <www.al.ms.gov.br/tvassembleia>, às 20h de sábado, com reprises durante a programação. Na TV Câmara, da Câmara Municipal de Angra dos Reis (canal 14 da Net e internet), às 19h de quarta, com reprises durante a programação. Na TV Câmara, da Câmara Municipal de Bagé (canal 16 da Net) durante a programação e no horário fixo das 20h de quinta. Na TV Câmara Caxias do Sul/RS (canal 16 da Net) e pela internet <www.camaracaxias.rs.gov.br>, às 12h de sábado, com reprises às 12h de domingo, 16h de segunda, 16h de terça, 16h de quarta, 16h de quinta e 20h15 de sexta. Na TV Feevale, da Universidade Feevale de Novo Hamburgo/RS (canal 15 da Net), às 9h de terça e quinta, com reprises durante a programação. Na TV Ufam, da Universidade Federal do Amazonas (canal 7 e 27 da Net), com estreia semanal às 16h de sábado e reprises durante a programação. Na TV UFSC, da Universidade Federal de Santa Catarina (canal 15 da Net), durante a programação. Na UNOWEBTV, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC (Unochapecó), mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), transmitida pelo canal 15 da Net local e pela internet <www.unochapeco.edu.br/unowebtv>, com estreia às 21h de sábado e reapresentações às terças e quintas, às 21h. Os programas também podem ser assistidos na página: <www.tomeciencia.com.br>.

5ª Escola de Nanociência e Nanotecnologia - De 1 a 5/8, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Inscrições até 10 de junho. Site: <www.nutricao.ufrj.br/escolanano>.

8ª Semana de Engenharia Química - De 1 a 5/8, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Site: <www.seg.deq.ufscar.br>.

ICAE 2011 - 14ª Conferência Internacional de Eletricidade Atmosférica - Dia 8/8, no Sheraton Rio Hotel & Resort, no Rio de Janeiro (RJ). Site: <www.icae2011.net.br>.

14th International Conference on Atmospheric Electricity (ICAE 2011) - De 7 a 12/8, no Rio de Janeiro. Site: <www.icae2011.net.br>.

6º Congresso Internacional de Bioenergia - De 16 a 19/8, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). E-mail: <contato@bioenergia.net.br>. Site: <www.bioenergia.net.br>.

6º Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais - De 16 a 19/8, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Site: <www.cchla.ufrn.br/visiget>. E-mail: <siget2011@gmail.com>.

8th International Congress of Pharmaceutical Sciences - De 21 a 24/8, em Ribeirão Preto (SP). Telefone: (16) 3602-1313. Site: <www.cifarp.com.br/site/pt>.

4ª Escola Brasileira de Equações Diferenciais - De 22 a 26/8, em João Pessoa (PB). Site: <www.mat.ufpb.br/ebed>.

9º Congresso de Iniciação Científica em Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais (Cicam) - De 23 a 25/8, em São Paulo. Site: <<http://eventos.fundepag.br>>.

9º Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso Brasileiro de Bioética Clínica - De 7 a 10/09. Hotel Royal Tulip Brasília (ex Blue Tree), Brasília, DF. Telefone (61) 3322-2626. E-mail: <ricardo@aeceventos.com.br>. Site: <www.congressobioetica2011.com.br>.

7º Congresso Brasileiro de Biossegurança - De 19 a 23/10, na Universidade de Joinville (UNIVILLE). Site: <www.anbio.org.br>.

Conversas com Quem Gosta de Atletismo IV - Dias 30/9 e 1º/10, na Unesp de Rio Claro (SP). Telefone (19) 3526-4348. Site: <www.rc.unesp.br/ib/efisica/conversas/index.php>.

2º Seminário Internacional Ciência e Museologia: Universo Imaginário - De 3 a 6/10, na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Campus Pampulha, Belo Horizonte (MG). Site: <http://simuseu.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=10>.

5º Congresso Nacional de Educação Física, Saúde e Cultura Corporal - De 4 a 7/10, na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. Site: <<http://www.cnefpe.com>>.

1ª Semana da Matemática da Universidade Federal do Acre (UFAC) - De 17 a 21/10, no Campus Universitário da Ufac, em Rio Branco (AC). E-mail: <semanamatematicaufac@gmail.com>. Site: <www.semanadamatematica.com.br>.

21º Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas e 19º Workshop Anprotec - De 24 a 28/10, em Porto Alegre (RS). Site: <www.seminariotecnologico.com.br>.

Oportunidade

Programa Leitorado - Capes e MRE - As inscrições vão até 24/8. Site: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-leitorado>>.

Livros & Revistas

Cerrados: Perspectivas e olhares. A publicação, que faz parte do Projeto Ciência Explicando Ciência, da SBPC Regional de Goiás, foi lançada pela Editora Vieira e organizada por Márcia Pelá e Denis Castilho. Cerca de 11 pesquisadores ampliam o debate e os rumos teóricos sobre o bioma Cerrado, incluindo as questões de investimento em Ciência e Tecnologia como vetor para o desenvolvimento e conservação ambiental.

Inovação Tecnológica no Brasil: Desempenho, políticas e potencial. Organizado por Ricardo Ubiraci Sennes e Antonio Brito Filho, a obra é uma coletânea de artigos acerca do desenvolvimento tecnológico no País, a partir do potencial científico, da inovação como estratégia empresarial e do estudo dos casos de sucesso em inovação, principalmente nas políticas públicas. O livro, editado pela Unesp, foi lançado na série Debate Finep. <www.livrariaunesp.com.br>.

Missões em Mosaico. Da interpretação à prática: um conjunto de experiências. O livro organizado pelo professor da Universidade Federal do Pampa, Ronaldo Colvero, e Rodrigo Maurer, editado pela Faith, apresenta 23 ensaios de pesquisadores e especialistas latino-americanos, tendo como eixo central a multiplicidade conceitual das Missões. <www.editorafaith.com.br>.

Princípios de Genética. Com a redescoberta das leis de Mendel e o sequenciamento completo do genoma humano teremos a cura para o câncer, para as doenças cardíacas e mentais ou ainda para diabetes, artrite e doenças autoimunes? Nesta 7ª edição, Robert H. Tamarin, por meio da Editora Funpec, apresenta as mais recentes informações sobre a genética clássica, molecular e populacional de forma clara, acessível e concisa. <www.funpecrp.com.br/loja>.

A Defesa Contra o Ophidismo - 100 anos depois. Marco da produção científica brasileira, de autoria de Vital Brazil, é relançado pelo Instituto Butantan, com análises de 12 pesquisadores que abordam desde aspectos históricos dos acidentes e tratamentos envolvendo animais peçonhentos, quanto tecnológicos para a produção de soros hiperimunes. A publicação será distribuída gratuitamente às principais bibliotecas científicas e universitárias do País. Mais informações pelos telefones (11) 2627 9428 / 9506 ou site <www.butantan.gov.br>.

1º Ouro brasileiro na Olimpíada Internacional de Física

Estudantes brasileiros conquistaram uma medalha de ouro, a primeira concedida a um país ibero-americano, e quatro de bronze em competição internacional em Bangkok, na Tailândia. O destaque é para o estudante Gustavo Haddad Braga, que conquistou a primeira medalha de ouro brasileira em uma Olimpíada Internacional de Física. Outros quatro alunos brasileiros conquistaram medalhas na 42ª edição da International Physics Olympics (IPhO, na sigla), realizada de 10 a 18 de julho.

Além do ouro, houve quatro medalhas de bronze obtidas pelos alunos do ensino médio: Ivan Tadeu, do Colégio Objetivo São Paulo, a mesma escola de Gustavo; José Guilherme Alves, do Colégio Ari de Sá, do Ceará; Lucas Fernandes, do Colégio Etapa de São Paulo; e Ricardo Duarte Lima, do Colégio Farias Brito, também do Ceará.

Foram dois dias de prova com cinco horas cada. No primeiro foram aplicadas três questões teóricas e, no segundo, duas questões experimentais. No total, 50 pontos estavam em jogo e Gustavo Haddad conseguiu obter 41,29 pontos no total.

Segundo o estudante, a prova desse ano abordou basicamente problemas de gravitação, termodinâmica, elétrica e mecânica. Ele já embarcou para Portugal, onde participará da Olimpíada de Matemática da Lusofonia e, no final de agosto, também participará da Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica (IOAA), na Polônia.

O Brasil participa da IPhO desde 2000 por iniciativa da Sociedade Brasileira de Física (SBF). O evento estimula o interesse pela disciplina, aproxima o ensino médio das universidades e seleciona talentos para as competições internacionais. Nessa edição, os estudantes brasileiros concorreram com 394 alunos de 84 países. Os participantes nacionais são selecionados por meio da Olimpíada Brasileira de Física (OBF).

A equipe brasileira foi liderada pelo professor do Instituto de Física de São Carlos da USP, Euclydes Marega Júnior, também coordenador-geral da OBF.

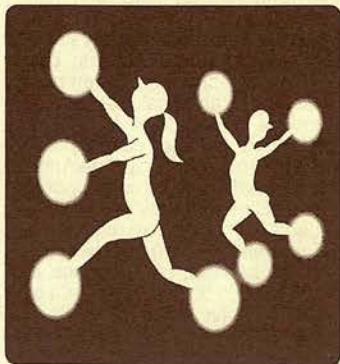
Os estudantes foram selecionados pela OBF entre alunos de mais de 4,5 mil escolas brasileiras. Hoje, o Brasil é o país da América Latina com o maior número de medalhas na IPhO e na OBF. Com o resultado, o Brasil passa a frente da Itália e Suíça e segue ao lado da França e Alemanha, ambos os com larga tradição nesse tipo de evento. (Ascom SBF)

JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SBPC • 29 DE JULHO DE 2011 • ANO XXV Nº 694

Química, dança e luminescência

Apresentação de dança com personagens luminosos aproxima o público de um dos fenômenos mais encantadores da Química.



Como parte das comemorações do Ano Internacional da Química (AIQ) no Brasil, a 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) contou com diversas ações para a divulgação científica e da Química no País.

Segundo Claudia Rezende, coordenadora do AIQ no Brasil, o encontro da SBPC deste ano teve diversas atividades ligadas à Química e ao AIQ. "A intenção era despertar no jovem o interesse por ciência, especialmente a Química, além de mostrar que ela está presente no cotidiano da população, em tudo que consumimos", destaca Claudia.

Entre as atividades que mais encantaram o público, destaca-se a apresentação de dança "Luminescência: O brilho do Ano Internacional da Química em 2011". Um dos fenômenos mais bonitos da Química é também um dos mais instigantes para as crianças. A luminescência é a emissão de luz por uma substância quando submetida a algum tipo de estímulo como luz, reação química, radiação ionizante. Esse projeto traz como tema central a luminescência

que existe na natureza e nas cidades, e de quais maneiras ela pode ser usada como ferramenta de aprendizagem.

Apresentado pela companhia de dança Lumini e seus jovens atores de um projeto social, trata de temas como o estudo de novos materiais e movimentos em condições variadas de iluminação, usando conceitos interdisciplinares de química, física e biologia, passando pela dança e seus movimentos.

Na Reunião da SBPC, a companhia apresentou o espetáculo *As aventuras de Nina e Atomito*. A partir de personagens luminosos em um ambiente escuro, o público pôde viajar na imaginação de Nina, do jardim de sua casa ao fundo do mar, aprendendo e, principalmente, se divertindo com a fosforescência e fluorescência em uma brilhante comédia.

A relação estreita da Lumini Cia de Dança com a pesquisa científica se dá desde a sua criação, pois a mesma foi fundada pelo físico e bailarino Sergio Machado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Todos os trabalhos realizados têm o conhecimento científico como importante ferramenta do processo criativo, desde a concepção das cenas até a criação de efeitos especiais.

O espetáculo preparado especialmente para integrar as atividades do AIQ foi idealizado pela professora Claudia Rezende e criado pela Lumini. Com consultoria da Casa da Ciência e patrocinado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, será apresentado em escolas da rede pública em vários estados, durante o ano. (Ascom AIQ)

Inpa completa 57 anos

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) comemora 57 anos de existência em julho. Criado em 1952 e implementado em 1954, o instituto se destaca na busca constante de inovar suas pesquisas e socializar a ciência e tecnologia.

Suas primeiras atividades foram caracterizadas pelo desenvolvimento na área por meio de pesquisas, levantamentos e inventários de fauna e de flora. Ao longo desses anos, a instituição ganhou excelência e assumiu responsabilidade crescente na tarefa de produzir conhecimen-

to, estabelecendo um compromisso com o desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente e de seus ecossistemas, expandindo os estudos sobre a biodiversidade, a sociodiversidade e os recursos florestais e hídricos.

Para comemorar foram realizadas palestras, homenagens e uma série de atividades. Entre elas destacam-se o projeto de revitalização da ilha da Tanimbuca, a marca de 240 mil registros no Herbário do Inpa e uma edição especial do Circuito no Bosque da Ciência. (Ascom Inpa)

Prêmio Anísio Teixeira

Integrando as comemorações dos 60 anos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a solenidade de entrega do Prêmio Anísio Teixeira foi realizada no dia 11 de julho, no Palácio do Planalto, em Brasília. Criado em 1981, o prêmio homenageia personalidades brasileiras que tenham contribuído de modo relevante para o desenvolvimento da pesquisa e para a formação de recursos humanos no Brasil.

Este ano, receberam o prêmio Álvaro Toubes Prata (UFSC), Fernando Galembeck (Unicamp), João Fernando Gomes de Oliveira (USP), Luiz Bevilacqua (UFRJ) e Nelson Maculan Filho (UFRJ). O prêmio é uma homenagem ao educador Anísio Teixeira, intelectual baiano que difundiu o papel transformador da educação e da escola para a construção de uma sociedade moderna e democrática. Anísio Teixeira foi o primeiro presidente da Capes.

Tome Ciênciachega à capital de SP

Estreando junto com a nova programação da TV da Câmara Municipal de São Paulo (canal 13 da Net e 66 da TVA), no dia 1º de agosto, o programa *Tome Ciência*, amplia sua rede de exibição com a adesão da TV da Câmara Municipal de Pouso Alegre (MG), que também estreia transmissões em canal aberto digital no dia 8 de agosto. As novas cidades se juntam aos 23 municípios do Piauí e um do Maranhão que passam a exibir o programa, também em canais abertos, o sinal da TV da Assembleia Legislativa do Piauí, acessível ainda pelo satélite.

Em São Paulo, o programa será exibido nas tardes das segundas-feiras e também aos domingos. Ele integra uma abertura do canal, que muda a programação visual e passará a mostrar também iniciativas comunitárias e acontecimentos culturais do mais populoso município do País. Até então, em São Paulo, somente a TV da Unicamp, em Campinas, transmitia o programa.

As transmissões pelo sinal gerado de Teresina vão ter horário fixo definido na primeira semana de agosto. Na TV da Câmara de Pouso Alegre as estreias serão sempre às 18h30 das sextas-feiras.

Produzido pelo jornalista André Motta Lima, com a colaboração da SBPC, o *Tome Ciência* conta com Conselho Editorial de cientistas para ajudar na programação, e é difundido também por uma rede de emissoras educativas e legislativas, nos estados do AM, MS, ES, RJ, SC e RS. (Tome Ciência)